



***PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA POLÍTICA EDUCACIONAL DA
BAHIA: MAPEANDO O DEBATE NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS (2015-2025)***

***GENDER PERSPECTIVES IN BAHIA'S EDUCATIONAL POLICY:
MAPPING THE DEBATE IN THE MUNICIPAL EDUCATION PLAN OF SÃO
GONÇALO DOS CAMPOS (2015-2025)***

***PERSPECTIVAS DE GÉNERO EN LA POLÍTICA EDUCATIVA DE
BAHÍA: MAPEO DEL DEBATE EN EL PLAN DE EDUCACIÓN MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS (2015-2025)***

Laiane Barros dos Santos Menezes¹

RESUMO

Gênero é uma categoria histórica e social que possibilita e permite produzir distintos conhecimentos e intervenções sobre exclusões, naturalizações, desigualdades e violências que permeiam as experiências humanas na sociedade. O presente artigo teve como objetivo analisar a presença da discussão de gênero no Plano Municipal de Educação (PME) de São Gonçalo dos Campos (Bahia) no período 2015-2025. A metodologia adotada foi a pesquisa documental que teve como instrumento a análise de conteúdo de Bardin (1997). Os resultados apontaram a presença da categoria gênero em algumas partes do documento e em uma meta do PME, intitulada “formação de professores”. Todavia, o estudo elucidou contradições, disputas, desafios e ausências de elementos teóricos sobre o debate de gênero no plano. Tal cenário, invisibiliza e negligencia a garantia dessa discussão em uma dimensão política e pedagógica na educação escolar e contribui para a elevação de práticas de desigualdades e silenciamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Plano Municipal. Política educacional.

RESUMEN

El género es una categoría histórica y social que posibilita la producción de diversos conocimientos e intervenciones sobre exclusiones, naturalizaciones, desigualdades y violencias que permean las experiencias humanas en sociedad. Este

¹ Mestra em Educação. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bahia, Brasil.

artículo tuvo como objetivo analizar la presencia de debates de género en el Plan Municipal de Educación (PME) de São Gonçalo dos Campos, Bahía, para el período 2015-2025. La metodología adoptada fue una investigación documental con análisis de contenido de Bardin (1997). Los resultados indicaron la presencia de la categoría de género en algunas partes del documento y en una meta del PME titulada "formación docente". Sin embargo, el estudio reveló contradicciones, disputas, desafíos y la ausencia de elementos teóricos sobre el debate de género en el plan. Este escenario oscurece y descuida la garantía de este debate en una dimensión política y pedagógica de la educación escolar y contribuye a la intensificación de prácticas de desigualdad y silenciamiento.

PALABRAS-CLAVE: Género. Plano Municipal. Política educativa.

ABSTRACT

Gender is a historical and social category that enables and permits the production of diverse knowledge and disciplines on exclusions, naturalizations, inequalities, and violence that permeate human experiences in society. This article aimed to analyze the presence of gender discussions in the Municipal Education Plan (PME) of São Gonçalo dos Campos, Bahia, for the period 2015-2025. The methodology adopted was documentary research using Bardin's (1997) content analysis. The results indicated the presence of the gender category in some parts of the document and in a PME goal entitled "teacher training." However, the study elucidated contradictions, disputes, challenges, and the absence of theoretical elements regarding the gender debate in the plan. This scenario obscures and evolves the guarantee of this discussion in a political and pedagogical dimension in school education and contributes to the intensification of practices of inequality and silencing.

KEYWORDS: Gender. Municipal Plan. Educational policy.

Introdução

A produção do conhecimento sobre gênero em uma perspectiva política, é uma teoria plural, histórica e social, que busca a partir das experiências humanas, análises e evidências que confrontem com os padrões, modos e conceitos que alimentam desigualdades, condições hierárquicas e violências baseadas no que foi construído socialmente em relação as objeções sobre a noção de homem e mulher em cada tempo e lugar.

Os estudos de gênero engendrados pelos movimentos sociais das mulheres a partir do século XX, foi centrado inicialmente em pautas sobre as desigualdades e a participação de mulheres em diferentes ambientes da sociedade. Para Guacira Louro (2014), é no final da década de 1960 que o feminismo ganha espaço nas construções teóricas. O cenário da ditadura militar, o crescimento do mercado de trabalho e as condições que viviam as

mulheres fez com que movimentos e lutas que tinham como bandeira o enfrentamento ao sistema de opressões machistas e sexistas se manifestassem e fossem ganhando espaços.

Na perspectiva de Dagmar Meyer (2013), gênero enquanto categoria analítica social direcionou outros mecanismos de compreensão. Assim, o movimento feminista abriu portas para outras demandas da sociedade civil, mesmo com algumas contradições. Lélia Gonzalez (2020), exemplifica tal realidade ao defender que apesar das contribuições que o movimento teve em pautar a questão da discriminação pela orientação sexual, a de caráter racial não foi levada em conta. É considerável lembrarmos que as agendas referentes as mulheres negras, só foram inseridas posteriormente pelo feminismo negro, as quais sinalizaram prerrogativas fundamentais da história e das condições de vida das mulheres não brancas.

É importante destacar também, o “Movimento Gay” por volta da década de 1970 como propulsor de políticas históricas reparadoras, além de ter desencadeado pautas que ajudaram nas construções de ações que intercruzassem várias demandas das pessoas sociedade. Não podemos perder de vista que a questão racial, de classe e território por exemplo, está atravessada diretamente pela concepção de gênero. Por esse prisma, entende-se que gênero não está deslocado, e sim conectado nos diferentes modos de compreensões sobre a realidade social das pessoas.

O entendimento de gênero, na literatura especializada, nos permite reivindicar uma demanda que fala principalmente sobre o direito de ser e existir independente das condições de gênero e sexualidade. Ele nos ajuda a pensar em problemáticas e caminhos que levantam concepções desde as condições de trabalho, a vulnerabilidade de mulheres e das pessoas LBTQIAPN+, ao acesso a cidadania e as políticas públicas sociais constitutivas de uma nação.

Nos estudos em educação, a discussão sobre gênero influi em questões da diversidade, da cultura, da linguagem reproduzida dentro da escola e fora dela, da política educacional, do currículo, dentre outras dinâmicas. A sua compreensão implica um complexo campo de debate científico e político comprometido com a democracia e com a diversidade humana. Joan Scott (1995) define que “gênero” é uma maneira diferente de compreender as relações entre os sexos, em outras palavras, processos resultantes da dinamicidade das relações, seja por meio das experiências do trabalho, da cultura, da arte, da ciência, da política ou da religião.

Assim, entendendo que as políticas educacionais² e os seus documentos como partes integradas da educação, quando contemplados por temas sobre gênero sinalizam alguns caminhos que podem garantir discussões importantes no que diz respeito aos próprios direitos humanos e a existência dos sujeitos que sofrem violações de direitos e múltiplas exclusões. Para além disso, essa tentativa também coloca em cena o lugar da educação pública e o seu compromisso como facilitadora e propulsora de transformações sociais.

As pesquisas na área de gênero, sexualidade e identidades no Brasil, apontam que esses debates só tiveram mais força e ocuparam espaços públicos e instituições, como por exemplo, escolas, universidades e instituições governamentais a partir dos anos 1980. Para Cláudia Vianna (2018), a introdução de gênero nas legislações e na agenda educacional vai ganhando espaço com o discurso de cidadania após muita pressão do movimento feminista. Dessa forma, esses processos se deram com muitos desafios e contradições, demonstrando que a sua condução acompanha o fluxo histórico.

Nesse contexto, em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE) e a vinculação com gênero, cabe inicialmente dizer que ele é fruto de muitas lutas da sociedade civil, em que a sua conquista se deu com ações pautadas no ideal das políticas democráticas. Para Dermeval Saviani (2016), o Plano Nacional de Educação se deu por meio de uma ideologia de democratização da educação em um contexto histórico de país com muitas desigualdades, uma grande contribuição para essa mudança de chave foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação” se colocando na contraposição em defesa de uma educação pública para todos os sujeitos.

No Plano Nacional de Educação, os eventos que pautaram principalmente gênero, sexualidade e diversidade, ecoaram por meio do projeto de Lei nº 8.035/2010 do Executivo, que alterou a meta que contemplava o artigo III – “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, retirando o destaque na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, que foi substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Já na aprovação do Plano Nacional de

² As distintas visões traduzem as políticas educacionais como um campo marcado pela polissemia e por interesses diversos, por vezes, contraditórios, o que na historiografia brasileira se acentua pela ausência de sistema nacional de educação institucionalizado, por políticas e planejamento marcados pela descontinuidade, pela não regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, contribuindo para o caráter tardio das discussões sobre a proposição e a materialização de planos nacionais e/ou setoriais de educação, cujos debates são desencadeados desde a década de 1930. (LUIZ DOURADO, 2016, p.12)

² Manifesto que foi publicado em 1932 e defendia a escola pública, gratuita, laica e obrigatória.

Educação sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que tinha como objetivo inserir a discussão, foi atacado por grupos políticos predominantemente por partidos da direita e da extrema direita, levando assim a revogação dessas passagens.

Na avaliação de Vianna (2018), foi com base no discurso de setores religiosos conservadores, o requerimento da supressão das expressões: gênero e orientações sexuais no Plano Nacional de Educação. Essa eliminação foi justificada na época pelo uso do sintagma “ideologia de gênero³”. Para Mendonça (2017) ela é projetada principalmente pelo campo religioso e político brasileiro, alimentado pelo ímpeto moral aos crescentes avanços do movimento feminista e LGBT em conjunto com outras reivindicações. Assim, uma espécie de “pânico do gênero” vem sendo reproduzido pelas mídias, instituições públicas, privadas, religiosas, dentre outras, argumentando que as escolas têm sido espaços de doutrinação de gênero e sexualidade.

Com toda essa enxurrada de ataques, a bancada evangélica, conservadora e de direita, barraram a inserção das partes do texto que faziam menção ao termo gênero. Não podemos deixar de levar em conta que essa onda reacionária, além de ter afetado o Plano Nacional de Educação, interferiu em outros documentos de educação, como por exemplo o Plano Municipal de Educação e o Plano Estadual de Educação.

Mesmo com os desafios que permeiam a política educacional, o PME detém particularidades política e prática, “ao assumir, com autonomia, a responsabilidade de suas atribuições prioritárias, o município possibilita a dimensão concreta do exercício do poder local, da cidadania ativa” (Genuíno Bordignon, 2009, p.39). Assim, é importante que um Plano Municipal de Educação não seja apenas um replicador da materialidade de outros documentos, e sim que represente a realidade educacional local de um município.

Na perspectiva de que o Estado detém processos complexos e por meio de seu ordenamento, as políticas educacionais são efetivadas, esse estudo teve como objetivo analisar a presença da discussão de gênero no Plano Municipal de Educação de São Gonçalo dos Campos (Bahia) no período 2015-2025⁴. Na última década, o debate de gênero vem ganhando centralidade nos espaços públicos e tem feito parte de um conjunto de pautas e compreensões essenciais para levantar questões sobre as condições de vida de muitos sujeitos. Em relação ao período escolhido, tanto o desencadear das discussões de

³ Para Junqueira (2018) é estratégico e importante afirmar o quanto são ilegítimos e contraditórios os pressupostos da “ideologia de gênero”, pautada na intenção retórica para interesses pessoais e políticos.

⁴ São Gonçalo dos Campos é um município da Bahia que está situado na região metropolitana de Feira de Santana. Composto por 37.554 habitantes O seu nome tem relação com o aparecimento da imagem de uma capela.

gênero por várias instâncias e grupos na última década no Brasil, como também a vigência do Plano Nacional de Educação “2015-2025” estar no círculo das agendas sobre gênero e sexualidade, ambas as situações contribuíram para que a proposição dessa escrita abordasse esse tema na política educacional, tendo como eixo central um documento de educação de caráter local, mas sem perder de vista as correlações de forças com a sociedade civil e com o PNE.

Assim, essa escrita pode apontar possibilidades que somadas a outras, levanta problemáticas e urgências sobre gênero no debate público na esfera educacional. Por este lado, configura-se um movimento de resistência em sua práxis, além de travar diálogos que colocam em evidência outros espaços institucionais, como por exemplo, Conselhos e Câmaras Municipais, Secretarias de Educação, instituições de ensino básico e superior, à sociedade civil em geral.

Procedimentos Metodológicos

As políticas educacionais e o debate de gênero se inserem em uma complexidade de produções que contemplam demandas sociais. Por se tratar de análise que está no ceio da política e do Estado, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo tendo como dispositivo analítico a pesquisa documental. “O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (André Cellard, 2012, p. 295). Essa maneira de explorar os achados representa um conjunto de práticas que reverberam o papel dos sujeitos na história de um povo.

As etapas e os significados que situaram a pesquisa, foi a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1997), a qual é definida como uma ferramenta que ordena várias execuções objetivando o conteúdo de um documento. Ela permite um conjunto de possibilidades analíticas e elucidativas ao (a) pesquisador. É concedida por três núcleos sequenciais que apoia todo o processo metodológico. A primeira fase é a pré-análise, que é o contato inicial com os materiais. Já em posse do documento escolhido foi feita a leitura flutuante, indução do objetivo e criação de pré-hipóteses.

O documento principal analisado integra a construção da política educacional brasileira a nível local: o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo dos Campos, Bahia, 2015-2025. Ele detém um conjunto de normas, diretrizes e metas da educação municipal, na funcionalidade de evidenciar as necessidades educacionais locais em parceria com os demais planos das políticas educacionais e da sociedade civil.

Como já anunciado na introdução do texto, a relação do tema com a década em questão, cabe destacar um pouco mais sobre o a classificação territorial, que é a “Bahia”, e temporal “2015-2025” nos quais o plano está inscrito, eles elucidam dados necessários e importantes para situar alguns direcionamentos desse estudo. A opção pelo tema gênero na política educacional dentro do estado baiano, requer pensar a escola, os governos, a cultura, as desigualdades e violências sofridas principalmente pelas mulheres e pessoas que estão fora dos padrões heteronormativos, sem perder de vista essas questões dentro da realidade municipal.

Mesmo sabendo da imensidão de informações, registros e estudos que ilustram a realidade pautada acima, seguem alguns levantamentos de maneira bem sucinta que ratifica o lugar que a pesquisa está inserida. Segundo a Rede de Observatórios da Segurança (2023), através do boletim “Elas Vivem: dados que não se calam” publicada pelo Governo Estado da Bahia, destacou a Bahia como o estado da região nordeste com mais casos de feminicídios, o registro é de “um caso a cada quatro dias”, logo, a violência contra a mulher é um fator social grave.

Outro dado que está dentro do escopo de violências de gênero foi retratado pelo Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), ele evidencia altos registros de crimes violentos e atentados contra pessoas LGBTQs no Brasil entre 2017 e 2021.

No tocante ao elemento temporal da temática, se deu na direção de acompanhar as recomendações feitas pelo Plano Nacional de Educação, que estabelece a elaboração dos Planos Municipais de Educação tendo como plano de fundo as metas do PNE. Além disso, a década na qual emergiu a produção dessa escrita se deu em uma agenda cronológica que gênero, sexualidade e diversidade, foram alvos de embates e disputas nos planos, principalmente no PNE.

Depois dessas ponderações, prosseguimos para a segunda etapa: exploração do material, efetivada por meio de formulação e detalhamento das categorias. Para Bardin (1997) dentro da análise de conteúdo as categorias se dão a priori ou a posteriori. A divisão se concretizou em três categorias, primeiro gênero, focalizando nas passagens dos textos e de todo o conteúdo que inclui esse conceito.

Na intenção de estender o debate, foi criado um bloco denominado de “Categorias intermediárias”, a partir de palavras do próprio debate de gênero, as quais podem ser encontradas em referenciais e pesquisas que estudam ou dialogam em alguma

medida com gênero, como por exemplo: mulher, sexualidade, diversidade, diferença, identidade e a sigla LGBTQIAPN+. No quadro desenhado, além desses vocábulos, foi reproduzido a menção do termo e o contexto contemplado. Assim, o propósito foi identificar a categoria gênero de maneira direta, e outros elementos que tivesse relação, mesmo sem citar a palavra “gênero”.

Na visão de Louro (2014), a linguagem expressa poder e diferenças. Nesse entendimento, a linguagem como parte dos documentos de educação, externaliza aceções de uma política que projeta lições da realidade escolar, da práxis docente, do currículo, da cultura, do território e dos processos de ensino e aprendizagem referente as questões de gênero e seus processos dialéticos.

A discussão de gênero no Plano Municipal de São Gonçalo dos Campos (Bahia) 2015-2025

Antes de partimos para as análises, cabe destacar que a produção das políticas federais, estaduais e municipais se dão em vários âmbitos na realidade brasileira, sendo marcadas por desafios e contradições. Na educação, algumas dinâmicas dentro do ente municipal, promovem a dialogicidade do planejamento, da execução e da avaliação. A implementação do Plano Municipal de Educação como integrante do Sistema Municipal de Educação⁵ e, conseqüentemente das políticas educacionais, pode ser definido da seguinte forma:

O plano municipal de educação é o instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade preconizada nas bases e diretrizes do Sistema Municipal de Educação. Quando o município não tem plano fica à mercê de ações episódicas que, mesmo planejadas caso a caso, representam improvisações. (BORDIGNON, 2009, p.93)

Nessa lógica, com todos os desafios postos, o plano está imerso em amplas contradições, sendo composto de distintas concepções que partem de interesses políticos, sociais, econômicos e conseqüentemente da própria cultura local. Por meio desse contexto, o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo dos Campos se deu inicialmente pela alteração da lei nº. 907 de 18 de dezembro de 2017 que tinha sido aprovado pela Lei nº.834 de 19 de junho de 2015. Essa etapa contou com Grupo

⁵ Conforme Bordignon (2009, p.39) “A criação do Sistema Municipal de Educação (SME) se insere no processo da gestão democrática da educação”, pois aproxima política municipal educacional e sociedade civil.

Colaborativo, firmado pelo decreto nº 021 de 06 de março de 2015, fizeram parte: técnicos da Secretaria Municipal da Educação, representantes da APLB – sindicato dos professores da rede pública, coordenadores pedagógicos de todas as etapas da educação, integrantes do Conselho Municipal de Educação, das Igrejas, professores das redes públicas municipal e estadual, ONGS, das secretarias de Ação Social e da Saúde do município, Conselho Tutelar e Associação de Pais e Mestres.

O Plano Municipal de Educação são-gonçalense é configurado pelos seguintes itens: introdução, análise situacional do município, análise situacional e de cada uma das etapas da educação básica e suas modalidades, diretrizes, metas estratégicas e encaminhamentos para o acompanhamento e avaliação do plano.

No PME a participação é um princípio político, para Bordignon (2009, p.97), “ela é para além da democratização, essencialidade que representa as aspirações da sociedade civil”. Sobre a participação apontada dentro do próprio PME, ela foi antecedida à sua elaboração articulada com alguns grupos da sociedade civil. Entretanto, não foi encontrado registros que comprovem a participação de movimentos de mulheres e movimentos LGBTQIAPN+ que tivesse integrado o processo anterior de construção do plano.

A ausência das ações citadas acima pode indicar uma fragilidade no Plano Municipal de São Gonçalo dos Campos, reforçando a não ocupação de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ na esfera pública e privada. Para Louro (2014), o lugar das mulheres como sujeitos da ciência, a participação dos coletivos mobilizados no âmbito das questões de gênero são fundamentais para travar o debate público sobre discriminação, desigualdades, educação, violências e exclusões.

O estudo das relações sociais na pesquisa em educação tendo o gênero como ferramenta analítica, foge de princípios neutros e isolados. Ele em perspectiva crítica, busca romper naturalizações de uma lógica política e cultural, por meio de uma visão que confronta dialeticamente o que aprendemos, ensinamos, reproduzimos e projetamos na sociedade. Ao mapear a categoria gênero no PME, aparece da seguinte forma,

No que se refere à população municipal, nota-se que houve um crescimento considerável entre os anos de 2000 e 2010, em maior parte em relação às mulheres. Isso demonstra a necessidade de um olhar do poder público e da educação mais voltado para a questão de gênero no município. (São Gonçalo dos Campos, 2015, p.27)

A citação acima, promove um argumento apontando que o quesito demográfico em relação a quantidade de mulheres, pode ser um determinante da necessidade em debater gênero. Entretanto, essa referenciação por si não dá conta das concepções teóricas do campo de gênero, pois não é a distribuição populacional entre homens e mulheres que é o potencializador em garantir a discussão.

Apesar de ser um dado que pode ajudar na construção de políticas públicas, o gênero está para além de uma visão binária e quantitativa entre a população feminina e masculina. Nesse quesito, “A regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar distribuir, avaliar e hierarquizar” (Michel Foucault, 2022, p.27), fazem parte de noções subjetivas. Nessa concepção, a estrutura simbólica do poder, das hierarquizações, da religião, da cultura e de outros elementos sociais se dão na construção e no círculo de relações e vivências dos indivíduos. Dando seguimento, a outra parte inscrita sobre gênero, contém o seguinte argumento,

Vivemos numa sociedade marcada por assimetrias sociais que delineiam as relações estabelecidas pelos indivíduos que a compõem. Tais discrepâncias se situam nas esferas política, econômica, educacional e cultural, desdobrando-se para a efetivação das desigualdades de etnias, gênero e classe. (São Gonçalo dos Campos, 2015, p.69)

A parte acima está localizada no tópico análise situacional da educação, dentro do eixo “transversalidade” e faz parte da discussão do item “Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual”. O encontro dessas categorias no debate do PME, singulariza um passo importante, pois na visão de bell hooks (2022), a hierarquização das questões de classe, raça, gênero e sexualidade incidem diretamente nas experiências da vida social. Mesmo com reflexões breves, ainda assim, o próprio plano escreve que,

No município ainda é um tabu trabalhar esses temas nas escolas, pois os professores não se sentem seguros para abordar essas questões de gêneros, em face de um currículo existente ainda não oferece critérios eliminatórios para as obras que veiculem preconceitos referentes à condição social, regional, étnico-racial, identidade de gênero, orientação sexual, linguagem ou qualquer outra forma de discriminação ou violação de direitos humanos. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.69-70)

Percebemos nesse sentido, que existe uma resistência por parte de muitos professores em contemplar a multiplicidade de elementos das questões de gênero na prática pedagógica. Ao mesmo tempo, a citação registrada coloca em evidência uma provável abordagem do tema apenas por alguns grupos específicos, isso se deu de tal maneira que resultou na falta do debate dentro do PME. No que concerne a expressão “tabu” e “a falta de segurança que professores (as) sentem em relação a trabalhar os temas referente a gênero nas escolas utilizadas no PME, é importante trazer algumas referências.

Na visão de Louro (2014, p.24), “Os discursos traduzem-se, fundamentalmente, em hierarquias que são atribuídas pelos próprios sujeitos. Nesse viés, o desafio é compreender os efeitos desses discursos na política e na escola. Então, a utilização do termo “tabu” pelo PME são-gonçalence, levanta questionamentos do seu uso e da percepção científica dos grupos envolvidos no desenvolvimento do plano e na execução dele. Tal contexto, implica em consequências muitas vezes irreversíveis, visto que,

Quando os/as estudantes se sentem inseguros/as ou constrangidos/as na instituição educacional, pode acontecer de evitarem os locais ou as atividades específicas onde se sentem mais rejeitados/as, ou podem até sentir a necessidade de se ausentar da instituição educacional para sempre. Assim, o ambiente escolar hostil pode impactar na capacidade do/da estudante LGBT se envolver e participar plenamente na comunidade escolar. (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação 2016, p.27)

Mediante a esse cenário, temos duas situações: tanto a falta de ações pedagógicas por parte do corpo docente sobre demandas que primam a formação dos indivíduos, muitas vezes refletidas pelas ausências de subsídios teóricos desde a sua formação política profissional, como também a não sensibilidade e o olhar cuidadoso e respeitoso sobre essas demandas.

Não obstante, nessas situações, a escola se mantém sendo um espaço que reproduz a homofobia ao invés de combatê-la. “A homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa” (Louro 2000, p.19). Por essas razões, essa prática presente nas instituições escolares, seja na esfera pública ou privada, pelo fato de não acolher os corpos LGBTIAPN+, alimenta um tipo de exclusão que coloca esses sujeitos em condições de

vulnerabilidades sociais e violências, de maneira que abnega o direito ao acesso de uma educação inclusiva e de qualidade, não buscando reparações e o rompimento das ações excludentes.

É importante destacar que a não presença do debate de gênero e da sexualidade, também enfraquece o arcabouço teórico para discutir outras categorias, como por exemplo à raça, a classe, o território, já que são interseccionais. Quando analisamos conquistas da sociedade civil, vemos por exemplo, que o feminismo atribuído a partir do movimento negro, a questão da classe, da nacionalidade, do o movimento LGBTQIAPN+, da política de creche dentre outras, se cruzam e são bandeiras importantes.

A próxima menção que inclui gênero no PME, é descrita da seguinte forma: “as unidades escolares não garantem medidas que assegurem às pessoas que decidem por outras opções de gênero, o direito de terem os seus nomes sociais acrescentados aos documentos oficiais” (São Gonçalo dos Campos, 2015, p.70). Esse trecho já apresenta uma problemática inicial, a expressão “opções de gênero”, se trata de uma concepção equivocada que contrapõe o próprio campo de gênero. De acordo Meyer (2013), nos construímos no decorrer da vida nos diferentes âmbitos que ocupamos, de forma que não é linear, dado ou finalizado por completo. Ou seja, as nossas identidades não são escolhas, mas sim processos formativos complexos, instáveis e muitas vezes contraditórios.

A utilização da afirmativa “opções de gênero”, reforça um argumento que recai em naturalizações. Mesmo com essa contradição, essa passagem expõe o não cumprimento de um direito social e político para com os sujeitos LGBTQIAPN+, principalmente dentro das escolas, visto que é um dos primeiros lugares ocupados pelas pessoas desde a infância.

A penúltima parte que gênero aparece é na perspectiva da prevenção da Aids. Se trata de um pensamento ainda recorrente em nossa sociedade que reforça estereótipos e discriminações direcionadas aos sujeitos não heterossexuais, práticas que reproduzem associações de determinadas doenças à certas identidades sexuais e grupos específicos. No PME, é posto que,

A Secretaria de Saúde desenvolve em a parceria com a Secretaria de Educação, por meio do PSE, e Ação Social a prevenção de doenças como HIV/AIDS, assim como alcoolismo e drogas. A inclusão desses temas nos currículos ainda é feita às vezes, sem um direcionamento

preciso por parte das escolas, considerando suas interfaces com a diversidade sexual, as questões de gênero, etnia e geração. (São Gonçalo dos Campos, 2015, p.70)

Sabemos da importância da necessidade de integrar temas de saúde pública na educação, no entanto, cabe analisarmos se essa prática não está rotulada em reproduções que ocorreram por muito tempo em nossa sociedade. A esse respeito, Louro (2014), destaca que ao fazer isso, caímos na armadilha de reforçarmos discriminações e exclusões, em especial à homossexualidade. É importante defender que é preciso um cuidado incansável e permanente em relação ao que produzimos e defendemos em qualquer espaço.

Mesmo com a decorrência da validação de alguns obstáculos em legitimar o debate de gênero na educação são-gonçalense, a última menção da categoria gênero no PME, ocorreu por meio da formalização e definição de uma meta e de uma estratégia dentro do eixo “Transversalidade e Educação”, a qual é definida pelo seguinte encaminhamento,

Meta 18-Garantir durante a vigência desse Plano, formação continuada para 100% dos profissionais da educação, com ênfase na promoção da igualdade étnico-racial, sensibilizando para as questões de gêneros e diversidade sexual e socioambiental, priorizando o convívio na sua comunidade. Estratégia 2 “Promover formação continuada sobre questões de gênero, intolerância religiosa e aceitação da origem”. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p. 104-105)

Tanto a meta quanto a estratégia declarada acima, suscitam uma progressão que fixa a importância do debate, ainda mais na perspectiva da formação política e profissional dos sujeitos docentes. Assim, essa implementação pode ajudar a garantir a inclusão do tema na educação municipal e corroborar para que outras iniciativas sejam adotadas. Logo, para alcançar isso na prática, o PME precisa garantir e contemplar discussão em outros pontos do documento firmando a sua efetividade na realidade diária dos indivíduos na escola.

Consequentemente, gênero no PME estudado, ainda carece de tomada de ações e intersecções com as demandas sociais. Destarte, as ausências denunciam a complexidade do debate e o indispensável olhar para formalizações de políticas reparatórias que incluam o gênero. Dando seguimento ao mapeamento, ainda dentro do

PME de São Gonçalo dos Campos, segue o quadro com os achados em relação as categorias intermediárias que unificam discussões sobre gênero.

Quadro 1: Categorias intermediárias

Termos que tem relação com o objeto	Menção do termo	Texto do documento
Mulher	Aparece	<p>Dados demográficos</p> <p>No que se refere à população municipal, nota-se que houve um crescimento considerável entre os anos de 2000 e 2010, em maior parte em relação às mulheres. Isso demonstra a necessidade de um olhar do poder público e da educação mais voltado para a questão de gênero no município. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.27)</p> <p>Os professores já tem incorporado no seu planejamento a discussão de músicas de sentido pejorativo que distorcem a imagem do negro e, principalmente, das mulheres negras, assim como, as imagens dos livros didáticos, principalmente dos livros de História. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.68)</p> <p>O município não busca incluir na sua proposta pedagógica a educação em direitos humanos, os direitos das mulheres e o desafio da superação da violência contra mulheres - Pacto Nacional do Enfrentamento da Violência contra as Mulheres –, articulando-os com as propostas do II Plano Nacional da Política para as Mulheres (PNPM, capítulo 2), que enfatiza a necessidade a educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e com linguagem inclusiva. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.70)</p>
Sexualidade		<p>Ensino fundamental Meta 2 Estratégia 8</p> <p>Promover orientações através de palestras e outros recursos pedagógicos sobre valores, ética, desigualdade social, sexualidade,</p>

		violência, drogas, bem como a valorização da vida, para construir uma sociedade mais digna, participativa e inclusiva. SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.87)
Diversidade		<p>Educação Infantil Meta 1</p> <p>Estratégia 16: Garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais pedagógicos acessíveis nas escolas da Educação Infantil, considerando as especificidades das faixas etárias e as diversidades em todos os aspectos, com vistas à valorização e efetivação do brincar nas práticas escolares, durante o processo de construção do conhecimento das crianças</p> <p>Art. 2º X diretriz - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”.</p> <p>Art. 8 - considerar as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.3)</p> <p>Análise situacional do município</p> <p>[...] garantir uma escola universal em seu compromisso com a democratização de oportunidades sócio educativas, plural na promoção do respeito à diversidade e ética em sua responsabilidade de formação de valores para uma educação cidadã, solidária e socialmente inclusiva. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.20)</p> <p>Educação Especial</p> <p>Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos. (SÃO GONÇALOS DOS CAMPOS, 2015, p.50)</p> <p>Transversalidade - Educação, Relações de</p>

		<p>Gênero e Diversidade Sexual</p> <p>A Secretaria de Saúde desenvolve em a parceria com a Secretaria de Educação, por meio do PSE, e Ação Social a prevenção de doenças como HIV/AIDS, assim como alcoolismo e drogas. A inclusão desses temas nos currículos ainda é feita às vezes, sem um direcionamento preciso por parte das escolas, considerando suas interfaces com a diversidade sexual, as questões de gênero, etnia e geração. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.70)</p> <p>Qualidade da Educação Básica Estratégia</p> <p>A implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil; (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.94)</p> <p>Transversalidade na Educação Meta 18</p> <p>Garantir durante a vigência desse Plano, formação continuada para 100% dos profissionais da educação, com ênfase na promoção da igualdade étnico-racial, sensibilizando para as questões de gêneros e diversidade sexual e socioambiental, priorizando o convívio na sua comunidade. (SÃO GONÇALO, DOS CAMPOS, 2015, p.104)</p>
Diferença		<p>Educação de Jovens e Adultos</p> <p>[...] nas unidades é dado mais ênfase ao trabalho com projetos para despertar no aluno a consciência ambiental e o respeito às diferenças, mas sabemos que não leva em conta às especificidades dos educandos. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.20)</p> <p>Qualidade da Educação Básica</p> <p>[...] É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua e identidade, em meio a transformações corporais, afetiva emocionais, sócioemocionais, cognitivas e socioculturais,</p>

		respeitando e valorizando as diferenças . Liberdade e pluralidade tomam-se, portanto, exigências do projeto educacional. SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015 apud, BRASIL, 2003, p. 17)
Identidade		No município ainda é um tabu trabalhar esses temas nas escolas. Os professores não se sentem seguros para abordar essas questões de gêneros, o currículo existente ainda não oferece critérios eliminatórios para as obras que veiculem preconceitos referentes à condição social, regional, étnico-racial, identidade de gênero , orientação sexual, linguagem ou qualquer outra forma de discriminação ou violação de direitos humanos. (SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, 2015, p.69-70)
LGBTQUIAPN+		Ausente

Fonte: elaborado pela autora com dados do PME de São Gonçalo dos Campos

A escolha da palavra “mulher” como uma das categorias intermediárias, compactua com o pensamento de Judith Butler (2022) ao defender que a teoria feminista, a partir do interior do próprio discurso, questiona o sujeito das mulheres como estáveis ou permanentes. Assim, a proposta aqui, parte de princípios que colocam em evidência aspectos sobre a reprodução da dominação masculina e as exclusões perpetradas na sociedade e as projeções por via de naturalizações dadas ao corpo feminino, estritamente pelo viés biológico por algumas vertentes.

No PME do município são-gonçalense, mediante ao que foi analisado, a categoria “Mulher” aparece três vezes. A primeira para apresentar elementos demográficos, ratificando que o crescimento da natalidade do grupo de mulheres, reforça ainda mais a necessidade de ser trabalhada as questões de gênero na educação, entretanto, o que se tem desenvolvido na produção científica do campo do gênero, aponta necessidades e intenções que estão para além de um censo populacional.

Para Meyer (2025, p.21), “as produções das desigualdades de gênero dependem de análises amplas e complexas”. Dessa forma, o argumento colocado na citação do PME que justifica a importância do debate, está atrelado diretamente ao aspecto quantitativo demográfico, não validando políticas em uma dimensão crítica, inclusive para outras articulações sofridas pelas mulheres e pelos sujeitos LGBTQUIAPN+.

A segunda vez que é adotada a palavra “mulher” é no tópico “Educação Quilombola”, fazendo ligação com o debate racial. Foi possível observar nessa passagem a existência de um rápido cruzamento entre gênero, raça, território e identidade, quando é mencionado a expressão, “mulheres negras” das comunidades quilombolas. Para Collins, Bilge (2021) as intersecções dessas categorias se constituem como ferramenta que nos ajuda a ver as desigualdades sociais através de lentes que integram outras relações de poder. Nesse sentido, essas reflexões precisam estarem bem definidas tanto no plano, quanto na práxis do processo educativo escolar.

Todavia, ainda é enfraquecido o referenciamento dado a menção “mulher” nessa parte, pois apenas expõe, mas não demonstra um debate mais cuidadoso. Desse modo, essa ausência pode nos mostrar que a comunidade negra, especialmente as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+, vivem vulnerabilidades ocultas pelas políticas públicas, pelo Estado e consequentemente pela escola. Contudo, precisamos sempre ratificar que escola é o lugar que todos os pares compartilham vivências e demandas da própria sociedade.

Ainda sobre o termo “mulher”, é presente no documento pela terceira vez no conteúdo “Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual”. Chama a atenção a referência feita no próprio documento a utilização da política nacional sobre violência contra as mulheres, mas por outro lado, argumenta que o município não incluiu na proposta pedagógica a educação em direitos humanos, os direitos das mulheres e o desafio da superação da violência contra mulheres - Pacto Nacional do Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

Nessa descrição, o plano retrata uma ausência da comprovação de práticas exercidas pelo setor educacional e municipal diante das violências sofridas pelas mulheres na promoção de ações de enfrentamento. Outra coisa que podemos observar nessa identificação, é algo posto por Vianna (2018), para ela existe o uso velado de gênero em vários documentos da política pública, ou muitas vezes, menções genéricas.

A dimensão da definição de gênero em muitos momentos se conecta com a sexualidade. No plano, a categoria sexualidade é posta na etapa do Ensino Fundamental. O argumento propõe palestras e outros recursos pedagógicos não especificados para a exploração do tema. É possível percebermos uma prática de um posicionamento pedagógico descontínuo e muito aligeirado, com ações pontuais curtas.

Nas instituições de ensino, a sexualidade, ou é tratada apenas como sinônimo de “educação sexual”, ou é excluída das relações dialógicas com os conteúdos e com o

currículo escolar. Na visão de Jimena Furlani (2013) a concepção de sexualidade está imbricada de forma permanente pelos padrões e discursos de uma cultura. Assim, é necessária uma educação sexual que seja comprometida, crítica e responsável politicamente com os sujeitos.

Estudiosos (as) da política e do gênero tem investido em garantir que gênero e sexualidade sejam explorados de forma que não alimente os padrões dominantes que não acolhe a diferença. Nas palavras de Louro (2014, p.67), “A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural”. Certamente precisamos de mais mobilizações, empenho e ações nos diferentes espaços da sociedade.

Ao longo da história “A diversidade demonstra, mais do que nunca, que a história e as lutas de um grupo cultural são atravessadas e contingenciadas por experiências e conflitos, protagonizados por outros grupos” (Goellner, 2013, p.53). Ou seja, não existe uma verdade nata de ser e viver. Nessa perspectiva, ao investigar o termo “diversidade” no plano, ele aparece no designio de uma educação para a promoção dos direitos humanos e do respeito à diversidade, entretanto, trata-se de uma reprodução vitalícia das diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Nilma Lino Gomes (2008), instrui-nos, que o discurso, a compreensão e o trato pedagógico da diversidade vão muito além de um olhar romantizado à diferença, ou espetacularização do que enxergamos como diferente. Assim, não é uma questão de adotar apenas o termo nos documentos para cumprir um repertório, sem de fato o seu aprofundamento teórico, mas garanti-los de forma crítica e respeitosa.

A próxima colocação da palavra “diversidade”, consta na Educação Especial, com argumento de uma educação que trate da inclusão dos grupos inseridos nessa etapa. Mais uma vez, percebemos o uso da diversidade como eixo representativo de uma categoria específica, nesse caso, a inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dessa maneira, as autoras Abramowicz, Rodrigues, Cruz (2011), enfatizam que a utilização de forma acrítica da diversidade retira o conteúdo político da sua função social. Da mesma maneira, o sistema capitalista se beneficia do seu uso, pois muitas vezes, adota um discurso de transformação e inclusão apenas para a conquista do lucro e das diferentes formas de poder.

A próxima menção da “diversidade”, está no eixo “Transversalidade”, responsabilizando ações entre a Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, incumbindo-as em formar parcerias na prevenção de doenças como HIV/AIDS, como

também afirma sobre a necessidade de inclusão desses temas nos currículos. Contudo, é repetitivo o uso de elementos que fazem parte de gênero, apenas como conteúdo para tratar sobre essa questão de saúde.

Ainda nesse cenário, a Meta 18, da transversalidade na Educação, tem como estratégia, garantir durante a vigência desse plano, a formação continuada dos profissionais da educação, tendo como foco a promoção da igualdade étnico-racial, sem perder de vista questões de gênero e diversidade sexual. Mediante as passagens que contemplam a palavra “diversidade”, foi possível notar algumas intenções em fazer vinculações com alguns conceitos como, raça, cultura, Educação Especial e a sexualidade, todavia, as menções se restringiram somente a faltas e desafios.

Antes de adentrarmos para a terminologia “diferença”, é importante dizer que é imperioso o cuidado de seu uso, para Luis Felipe Miguel (2014), as “ciladas da diferença”, muitas vezes foi usufruído para legitimar e justificar as desigualdades. No PME, ela faz parte da etapa da Educação de Jovens e Adultos e na repetição do trecho da Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que destaca o espaço na interface da formação para diferença. Logo, é apenas posto, que é “tabu” trabalhar “identidade de gênero”, passagem já sinalizada mais acima.

Essa parte mostra uma certa visão distorcida sobre a diferença, a identidade, e consequentemente, a diversidade. Para Butler (2022), a identidade de gênero, não é uma condição dada do sujeito, mas um ato produzido também pelas normatizações e condições de gênero. Logo, é notável uma carência de um arcabouço teórico sobre esses temas, causando muitas vezes confusões ideológicas e entraves na construção de um documento político educacional.

A noção de política de gênero, sexualidade e de identidade, estão em um conjunto de acordos, renúncias e entendimentos múltiplos sobre o corpo. Na perspectiva de Vianna (2018), o movimento LGBT foi fundamental em traçar pautas que apontam repertórios e reflexões sobre questões da arena do gênero e da sexualidade. Entretanto, no mapeamento do Plano Municipal de São Gonçalo dos Campos, não foi mencionado em nenhuma parte do texto, a sigla LGBTQIAPN+. Tal cenário, demonstra que o processo de colonização e as concepções brancas, heteronormativas, conservadoras e elitistas, influenciam no desenvolvimento das políticas públicas nacionais, além de deterem de formas de controles sobre vários grupos sociais.

Ao considerarmos que o trabalho pedagógico escolar tem um papel crucial na formação das pessoas, a falta de repertório educativo, além de promover silenciamentos

e violências, influencia negativamente no reconhecimento das identidades. Conclui-se que mesmo com algumas lacunas e desafios, o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo dos Campos expressa algumas tentativas em relação a inclusão da categoria gênero e das demais elencadas nessa pesquisa. Mas ainda assim, se consolida de forma receosa quanto a inserção dessa discussão, logo, é mais que urgente, compreensões que partam da complexidade existente da diversidade.

Considerações finais

A escrita desse artigo partiu de uma tentativa de apresentar alguns processos que articulam o papel do Estado na elaboração de políticas públicas que tenham gênero como categoria integrante de suas práticas e implementações. Para isso, foi estudado o seu protagonismo dentro do Planos de Municipal de educação de São Gonçalo dos Campos, no intuito de identificar elementos que apresentassem a presença desse debate.

Considerando essa escolha, o recorte metodológico teve como objetivo analisar a presença da discussão de gênero no Plano Municipal de Educação de São Gonçalo dos Campos (Bahia), no período 2015-2025. A metodologia utilizada foi o tipo documental que teve como ferramenta a análise de conteúdo de Bardin (1997). Essa escolha contribuiu para um olhar mais global e específico do documento, além de identificar aspectos importantes do próprio tema, juntamente com outros conceitos dialógicos no decorrer da pesquisa.

Os resultados apresentados, confirmaram que o Plano Municipal de Educação de São Gonçalo dos Campos não foi construído em articulação com movimentos sociais que discutam gênero e suas relações, ainda assim, o termo gênero está presente no decorrer do texto. Inicialmente, as contemplações questionam os desafios e restrições presentes na realidade dos profissionais da educação do município, referente a não atuação no ensino de forma que priorize práticas que acolham e incorporem as pautas e debates sobre gênero.

No contexto das categorias intermediárias, elas estão presentes em algumas partes, mas de maneira que apontam apenas dificuldades e ausências. Nesse sentido, mediante aos achados, existe um grande hiato para garantir a inserção de gênero no plano, fato que foi observado pela limitação do repertório teórico sobre a temática em questão. Isso ilustra certas resistências pleiteadas também pelo caráter ético, político e profissional de parte dos sujeitos da educação e das atuações mais participativas das instâncias políticas locais.

Nesse contexto, as análises realizadas, investigou um tema que é fundamental para que tenhamos uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e democrática. Por conseguinte, os resultados apontados até aqui, acionam narrativas que colocam em destaque o papel do Estado e o desenvolvimento de algumas reflexões sobre alguns encaminhamentos das políticas educacionais nas últimas décadas, exemplificando disputas, divergências e relações de poder. Logo, é preciso o desdobramento de uma educação pública igualitária, integralmente democrática, inclusiva e respeitosa.

Referências

A CADA QUATRO HORAS, AO MENOS UMA MULHER É VÍTIMA DE VIOLÊNCIA. **Rede de observatórios da segurança**. 2023. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/violencia-mulher-feminicidio/>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed.70, Lisboa: 1977.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2014) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2014.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8.035 denominado Plano Nacional da Educação correspondente ao decênio 2011-2020**. Brasília, 2010.

BRUNA, G. Benevides, NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021 136p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em outubro de 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CELLARD, André. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nascer. 3.ed.-Petrópolis, RJ: vozes, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Dourado, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira**. DF: Inep, 2016. Disponível em: <https://seriepne.inep.gov.br/ojs3/index.php/seriepne/article/view/3754>. Acesso em out. de 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado, Maria Clara de Oliveira. Paz & Terra, 2021.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual: possibilidades didáticas**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. ed.9 Petrópolis: Vozes, 2013.

Gonzalez, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar.ut

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A produção cultural do corpo**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. ed.9 Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o Currículo: Diversidade e Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Rosa dos Tempos. 175p. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018. Acesso em jan.2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira. **Currículo, gênero e sexualidade- O normal”, o diferente e o excêntrico**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. ed.9 Petrópolis: Vozes, 2013.

MENDONÇA, Viviane Melo de. **O Plano Municipal de Educação e a “Ideologia de Gênero”**. v. 13 n. 2, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MEYER, Dagmar Estermam. **Gênero e educação: teoria e política**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. ed.9 Petrópolis: Vozes, 2013.

SÃO GONÇALO DOS CAMPOS. **Lei nº 834/2015, de 19 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação. 2015.

SÃO GONÇALO DOS CAMPOS. **Decreto nº 021 de 06 de março de 2015**. O Poder Executivo de São Gonçalo dos Campos tomou providências para sua construção, definindo a Grupo Colaborativo para Elaboração do PME. 2015.

SÃO GONÇALO DOS CAMPOS. **Lei nº 907/2017 e Anexos, de 18 de dezembro de 2017**. Plano Municipal de Educação Revisado. 2017.

SÃO GONÇALO DOS CAMPOS. **Decreto nº 100/2021**. Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, Lei nº 834 de 19 de junho de 2015, alterado pela Lei nº 907 de 18 de dezembro de 2017, do município de São Gonçalo dos Campos, e dá outras providências. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. ed. 5, Campinas, SP, 2016.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual breve história de lutas, danos e resistências**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. v. 1S, n.2, jul./dez. 1995.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.